

Do Apatheid ao Arco-Íris

Paulo Bessa

O pensamento político da África do Sul pós- apartheid baseia-se no princípio de que a etnicidade – utilizada no passado para segregar – deve ser mantida como um factor positivo na nova democracia.

Em Abril de 1994, as primeiras eleições democráticas (não-raciais) marcaram o início de uma nova era na África do Sul. Delas resultaram a Assembleia Nacional e os Parlamentos Regionais, dotando o Conselho Nacional das Províncias (CNP) – a segunda câmara do Parlamento – de representantes dos últimos que, em conjunto com os deputados nacionais, redigiriam a Constituição definitiva. As eleições seguiram-se às negociações multipartidárias em que se acordou uma partilha do poder segundo o princípio da representação proporcional e revelaram uma sociedade dividida segundo linhas étnicas e raciais, sendo o voto determinado pela cor e cultura.

A vitória do African National Congress (ANC) proporcionou a Mandela a presidência e a Mbeki uma vice-presidência, partilhando o poder com o National Party (NP) de De Klerk (segundo vice-presidente) e o Inkatha Freedom Party (IFP) de Buthelezi. Iniciara-se a transferência do poder em duas fases: Governo de Unidade Nacional (GUN, por 5 anos) e domínio da maioria sem restrições em 1999.

Apesar das decisões apenas necessitarem de uma maioria simples (detida pelo ANC), a Constituição interina de 1993 estipulava que o GUN deveria também funcionar segundo o princípio do consenso, conciliando a governação efectiva com o espírito de um governo de unidade nacional. Consciente de que um *modus vivendi* pacífico só seria viável elevando o nível de vida dos negros sem espoliar os brancos, o GUN enfrentou a herança de desigualdade socio-económica do apartheid com prudência, implementando o Reconstruction and Development Programme (RDP), assente em 6 pilares: integração e sustentabilidade, participação das pessoas, paz e segurança, construção da nação, reconstrução e desenvolvimento, e democratização.

Esta estratégia visava transformar a lógica de arquipélagos culturais do apartheid, criar um futuro melhor para todos e promover a unidade da nação a partir da diversidade cultural. A sua aplicação não teve os resultados esperados e em 1996 o RDP cedeu o lugar à Growth, Employment and Redistribution Strategy, que é ainda hoje o enquadramento da política económica, pretendendo prosseguir uma transformação estrutural socio-económica num contexto de estabilidade. Não se registaram melhorias sensíveis do nível de vida dos negros, dado que a alta taxa de desemprego persistiu e não se verificou uma redistribuição alargada de terras, na sua maior parte ainda nas mãos dos brancos.

Os programas prioritários de Mandela tentaram responder (sem desapossar a minoria branca) às necessidades básicas dos negros, mas tiveram um alcance limitado dada a conjuntura económica desfavorável. Mandela procurou lidar com a desigualdade, a cultura de resistência ao Estado enraizada na luta contra o apartheid, a elevada criminalidade e a sida. Mas a sua grande contribuição foi a de constituir um símbolo apaziguador, gerindo um clima político-social volátil, favorecendo um processo de purga psicológica colectiva centrado na Comissão da Verdade e Reconciliação, visando a libertação do sofrimento e da culpa, de forma a ser possível a concentração nos desafios do presente sem os fantasmas do

passado.

A estratégia adoptada para gerir a questão étnica aparece claramente na Constituição definitiva de 1996, que preserva a multi-culturalidade do país numa perspectiva de equidade político-social mas não esquece a disparidade económica entre grupos. Reflecte preocupações de equilíbrio de poder entre os diversos patamares independentes de governação (nacional, regional e local), optando por um modelo federal que permite aos diferentes grupos competir na arena democrática pelos seus interesses comunais, mas no âmbito de um Estado unitário. Isto permite às forças políticas regionais uma palavra na governação.

A cooperação entre as três esferas governamentais é auxiliada pela acção de várias instituições, destacando-se o CNP e a Comissão para a Protecção dos Direitos das Comunidades Culturais, Religiosas e Linguísticas. Uma carta de direitos assume-se como o núcleo da democracia, consagrando direitos individuais e colectivos, proibindo qualquer tipo de discriminação e concedendo especial atenção aos direitos socio-económicos, devido às profundas diferenças de classe. Consagra 11 línguas oficiais, demonstrando respeito pela diversidade cultural.

Cada governo provincial possui capacidade legislativa e executiva, podendo adoptar uma Constituição submetida aos princípios do texto nacional. O governo local, através da South African Local Government Association, tem representantes (sem poder de voto) no CNP desde 1998, participando na elaboração de leis respeitantes à sua esfera. As províncias com autoridades tradicionais – todas, excepto Western Cape, Gauteng e Northern Cape – têm Conselhos de Líderes Tradicionais com representantes no Conselho Nacional de Líderes Tradicionais, criado em Abril de 1997, que aconselha o governo nacional e o Presidente sobre as funções das autoridades tradicionais e direito costumeiro.

O princípio da auto-determinação refere-se à nação sul-africana como um todo, não se excluindo o reconhecimento do mesmo em relação a comunidades distintas no seu seio, sendo uma resposta constitucional hábil a exigências de minorias étnicas, nomeadamente dos Afrikaners esmagadoramente conservadores, tendo mesmo sido criado um Volkstaat Council para investigar o conceito – inclui hipotéticas fronteiras e poderes – de um Estado-Nação Afrikaner sem que se note uma aplicação prática dos seus relatórios.

Após a adopção da Constituição o NP retirou-se do GUN, onde não podia influenciar as decisões de fundo, visando as eleições de 2 de Junho 1999, que marcam o início da democracia plena sem restrições ao domínio da maioria, tendo Thabo Mbeki assumido a presidência após o afastamento voluntário de Mandela. Os resultados confirmam a tendência de voto etno-racial de 1994, o ANC reforçou a sua maioria (sem conseguir os 2/3 necessários para alterar a Constituição), o NP entrou em queda livre e o Democratic Party (DP) lidera agora a oposição. O IFP (Zulu) perdeu algum apoio e o Freedom Front (FF), defensor da auto-determinação Afrikaner, quase desapareceu a nível nacional. Hoje os brancos só governam o Western Cape. O espectro político sul-africano transformou-se radicalmente e hoje coexistem forças multi-raciais (como o ANC) e partidos étnicos (regionais) como o IFP, o FF e o Minority Front (Indianos). Muitos não sabem o que representam o NewNP e o DP, considerando-os exclusivistas (brancos). A mensagem étnica parece não ter muito eco, centrando-se o debate político no desemprego, crime, habitação e educação; mas dada a geografia populacional, ainda existe uma clara propensão para o voto etno-racial.

Após décadas de apartheid, a África do Sul escolheu a democracia e a transferência de poderes pacífica, optando por não retirar privilégios à minoria branca mas promovendo o empowerment da maioria negra. As identidades sociais utilizadas no

passado para justificar uma oligarquia racial continuam hoje a ser centrais na construção da "nação arco-íris". A defesa dos direitos de grupos culturais distintos aparece como legítimo factor (mesmo de fundamentação) de democracia: uma postura realista que reconhece que a classificação das formações sociais do apartheid permanece infiltrada no concreto. O enquadramento constitucional, através da descentralização do poder, visa dar voz a todos os grupos populacionais, que agora podem optar entre vários partidos multi-raciais. A mobilização ou desvalorização das identidades etno-raciais depende do bem-estar de todos numa sociedade com graves problemas socio-económicos, pelo que não podemos contar com realidades estabelecidas nem traçar um cenário demasiado optimista, dado que subsiste insatisfação nalguns sectores, como no caso dos Afrikaners independentistas e dos defensores de um reino Zulu. A percepção de que a maioria negra não gere eficazmente o país, a sua tendência para a centralização (já se exigem mais poderes provinciais), a corrupção e a insegurança estão a provocar um sentimento de desilusão na maioria dos brancos que pode assumir formas mais radicais. O DP acusa mesmo o ANC de seguir uma política de re-racialização (em prol dos negros) que pode deteriorar as relações raciais. O desafio é manter a estabilidade destas relações, promovendo a ascensão dos mais desfavorecidos, incrementando a segurança e seguindo os princípios da boa governação. Só desta forma a etnicidade se poderá manter um factor positivo na democracia sul-africana.